Uma aluna, ainda nos primeiros anos, uma senhora que estava voltando para a escola, teve um gesto de muita grandeza. Olhando nos olhos do diretor, disse: Senhor diretor, não fomos nós que demos as costas. Foi a escola que deu as costas para os alunos. Ela não deu professor. Não havia aula. Ela não tinha funcionários. Esta escola é que voltou as costas para nós.

Aquela foi a melhor lição que a escola poderia ter recebido naquela noite. Uma aluna percebeu a importância da escola e disse que quem deu as costas, quem não agiu com dignidade, quem não agiu com coerência e respeito aos princípios de direitos daqueles alunos foi a própria direção da escola.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Ítalo Cardoso.

* * *

É nessa perspectiva que hoje eu me pronunciei. Espero depois me relacionar com a bancada do PSDB, no sentido de abrir um canal com o Secretário municipal de Educação e juntos buscarmos uma solução para essa escola, para que o bairro adquira novamente a possibilidade de ter a Escola José Kauffman funcionando no seu período noturno.

Na pessoa do Deputado Campos Machado, que me abraçou tão efusivamente e destacou alguns fatos do passado, eu gostaria de abraçar todos os Deputados de todas as bancadas, com quem tive sempre a melhor relação. São todos nossos amigos.

Deputado Hamilton, quem sabe agora juntos possamos novamente, com a sua alegria e a sua capacidade trazermos de volta aquela alegria que você citava e que também gostaria de reencontrar aqui. Muito obrigado a todos. Sou muito feliz e agradeço a diferentes manifestações de apreço. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - ÍTALO CARDOSO - PT - Tem a palavra o nobre Deputado Sebastião de Almeida pelo tempo restante de 11 minutos.

O SR. SEBASTIÃO ALMEIDA - PT - Sr. Presidente, Srs. Deputados, população que nos acompanha pela TV Assembléia. Quero, antes de mais nada, saudar e dar boas-vindas aos nobres Deputados que estão assumindo no dia de hoje, na pessoa do nobre Deputado Henrique Pacheco, e desejar que ele faça um excelente mandato. Temos pela frente uma missão muito importante, que é a de enfrentar os desafios que o Estado de São Paulo vive, e as dificuldades pelas quais passa, apesar de os governos insistirem em dizer que as coisas estão boas. Mas não estão, como o próprio Deputado Henrique Pacheco já mencionou. Há escolas fechadas, qualidade do ensino lá embaixo, professores desvalorizados e desmotivados pelos baixos salários. E aí não adianta essa política de simplesmente colocar três ou dois professores dentro da sala de aula. O que precisa é valorizar os que têm para que de fato possam ensinar e tratar a educação como prioridade. Se quisermos um país moderno, diferente, com pessoas cada vez mais inteligentes, precisamos investir em educação, que é a base de tudo.

Quero aproveitar os minutos que me restam para falar um pouco sobre a questão do biocombustível, assunto que nos últimos dias está em destaque nos jornais.

A produção de biocombustíveis é a coqueluche do momento em várias partes do mundo. Pelo menos por enquanto, essa alternativa aparece como uma ótima solução para reduzir os impactos das emissões de gás carbônico na atmosfera, o que pode vir a reduzir o aquecimento global. Nos últimos cinco anos, o mundo assistiu a mudanças climáticas sem precedentes. Os moradores do Hemisfério Norte têm sofrido no verão e no inverno, seja com um calor insuportável ou com as nevascas e ventanias. Em ambos os casos, há registros de mortes, ano após ano. Com isso, muita gente começou a refletir sobre os rumos do planeta, motivando os governos a buscar soluções para o problema.

Nem o presidente dos EUA, George W. Bush, ficou fora do debate. Em discurso recente, ele prometeu aumentar a produção de biocombustíveis nos próximos dez anos em seu país, num patamar estimado em 75%. Segundo ele, a medida reduziria o consumo do petróleo em até 20% no território norte-americano. Não se pode esquecer que Bush é o inimigo número 1 dos defensores do meio ambiente. Em seis anos de mandato, só agora demonstrou preocupação com o tema. Depois das guerras no Afeganistão e no Iraque, o presidente também será lembrado para sempre como aquele que se recusou a adotar os compromissos assumidos no Protocolo de Kyoto, que nasceu exatamente para diminuir as emissões de CO2 na atmosfera.

A explicação para esse interesse inesperado de Bush pelos biocombustíveis é simples. Trata-se, no fundo, de uma questão meramente política. Em dois anos, os partidos Democrata e Republicano disputam a eleição para a presidência. O democrata Al Gore, derrotado em 2001 pelo próprio Bush, aparece como uma das opções para o pleito. Sua principal bandeira na campanha será a defesa do meio ambiente, seja lá qual for o adversário. Bush é reconhecidamente representante dos conglomerados de petróleo, o que explica sua constante disposição em invadir países no Oriente Médio. Agora, ou ele engole a seco a idéia dos biocombustíveis, ou joga no lixo a eleição de seu partido em 2008. De quebra, pode convencer muitos eleitores de que seu país, menos dependente do petróleo, talvez abandone a impopular ocupação do Iraque.

A intransigência de Bush diante dos apelos da comunidade científica, em favor do Protocolo de Kyoto, interrompeu um processo que estava em marcha havia pelo menos uma década. As conseqüências ambientais do não-ataque à poluição estão presentes em várias partes do mundo. Na África, já existe até o temor de que conflitos possam eclodir, provocados pelos refugiados da seca que procuram abrigos em países vizinhos, especialmente em Ruanda e no Sudão. Se essas catástrofes estivessem distantes das fronteiras dos EUA, tenho certeza de que o presidente Bush não moveria uma palha para substituir petróleo por biocombustível. Só depois da ameaça eleitoral, interna, é que ele decidiu se mexer.

O Brasil ocupa uma posição privilegiada no cenário mundial, fruto de uma política implementada três décadas atrás com o Proálcool. O biocombustível nasceu como uma opção às crises sucessivas que elevaram o preço do petróleo no Oriente Médio, sem que houvesse qualquer preocupação com o meio ambiente. Agora, a situação é diferente, pois a corda começou a esticar para o lado dos países desenvolvidos. O álcool, ou etanol, oferece mais que um bom preço nos postos de combustível. Mais do que nunca, é uma alternativa para diminuir a poluição do ar e ajudar a salvar o planeta. Queira George W. Bush ou não.

Infelizmente, nosso planeta passa por um momento delicadíssimo. Ou os países do mundo todo se convencem da necessidade de medidas de proteção à sobrevivência da raça humana, ou iremos assistir, caro Deputado Gondim, ano após ano, catástrofes e mais catástrofes. Tsunamis e mais tsunamis virão por aí, fruto do aquecimento das calotas polares, que provocam o aumento do volume de água nos oceanos dia após dia.

Quero aproveitar este tempo que me resta para cumprimentar uma das empresas que tem desenvolvido no Brasil um trabalho muito grande na área de combustível: a Petrobras. A Petrobras, além da preocupação em assegurar ao país as condições para seu pleno funcionamento através do combustível, tem tido, nos últimos anos, uma política que considero da maior importância, ou seja, a preocupação social.

A Petrobras, por meio da implantação de vários sistemas de telecentro em diversas cidades brasileiras, tem revolucionado nessa área, pois coloca computadores à disposição da nossa juventude e de pessoas de terceira idade, ensinando, dessa forma, que internet é um direito de cada cidadão.

Cada empresa deste país deve fazer um pouquinho para que o conhecimento possa chegar a todos, pois conhecimento só tem valor e sentido se for multiplicado, passado adiante. Quem sabe só para si não sabe nada. Só existe sentido no saber se ele for compartilhado e feito de forma solidária.

Cumprimentando, mais uma vez, a Petrobras pelo trabalho feito nessa área, esperamos que esses exemplos se multipliquem, porque este país tem condições de recuperar seu atraso cultural, pois oportunidades foram tiradas das pessoas. Se cada um fizer um pouco mais, é possível dar a volta por cima.

Parabéns, não só a Petrobras, mas às várias empresas que têm feito esse trabalho, pois só vamos salvar este país quando todos se dispuserem a fazer um pouco além do seu papel. Só dessa maneira iremos construir um país diferente.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Henrique Pacheco.

* * *

O SR. PRESIDENTE - HENRIQUE PACHECO - PT - Srs. Deputados, tem a palavra, por permuta de tempo com o Deputado Marquinho Tortorello, o nobre Deputado Luis Carlos Gondim.

O SR. LUIS CARLOS GONDIM - PPS - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, nobre Deputado Henrique Pacheco, grande amigo, esta Casa se enche de orgulho com a presença de V. Exa., que inicia seu mandato presidindo esta sessão. Ouvia atentamente o Deputado Sebastião Almeida e também tenho a mesma preocupação de Sua Excelência.

Terça-feira, após a assinatura de alguns atos do Governador, tentando amenizar situações de emergência e calamidade, visitei a região do Médio Turvo - Monte Alto, Taiúva, Taiaçu, Fernando Prestes, Vista Alegre do Alto, Cândido Rodrigues -, cujas cidades sofreram uma tromba dágua.

Em Fernando Prestes, em menos de 20 minutos, a água chegou acima de dois metros. O córrego, que é bem pequeno, subiu, avançou, mais ou menos, umas duas quadras destruindo principalmente as casas construídas em situação irregular e também algumas casas que estavam cerca de 60 metros desse córrego. Foram atingidas aproximadamente 100 casas, 30 estabelecimentos comercias, além de escolas, creches.

A cidade de Fernando Prestes está em situação de calamidade pública, e o Prefeito Luchetti Junior deveria vir, na quarta-feira, para falar com o Governador, ou com o coronel Libório, da Defesa, ou com Aloísio Nunes, ou com Jayme Gimenez, que foi Deputado nesta Casa, pois a situação estava muito difícil, o mau cheiro já tomava conta da cidade.

É preciso unir forças da Secretaria da Saúde, Secretaria da Habitação, pois a cidade está praticamente ilhada. Fernando Prestes está sem acesso pela Washington Luís. Tem acesso somente via Monte Alto, que tem outra estrada totalmente destruída. A situação é muito delicada. Foi feito um levantamento por engenheiros de Catanduva, acompanhados pela nobre Deputada Beth Sahão, sobre o quadro. Calcularam que o gasto para a recuperação do estrago seria de três milhões de reais. A cidade tem um orçamento de oito milhões por ano, o que inviabiliza esse trabalho. Portanto, fazemos um apelo ao Governador José Serra.

Quando S. Exa. assinou esse protocolo de intenção de ajudar 45 municípios, disse aos Prefeitos para forçarem os Deputados a votar o Orçamento para que pudesse liberar esse dinheiro. A votação do Orçamento não significa apenas isso. Significa o cumprimento de deveres por parte do Poder Executivo à época dos Governadores Geraldo Alckmin e Cláudio Lembo, que acordaram que as emendas pontuais seriam pagas aos municípios. Muitos Deputados, principalmente aqueles que não conseguiram se reeleger, estão sentidos, pois vão embora e a cota do Orçamento para os municípios não vai ser paga.

A situação é um pouco mais complexa do que isso. A situação vem de um desequilíbrio no desenvolvimento sustentável, na monocultura deste Estado. Viaja-se por horas e horas sem ver uma mata. Em beira de rios não se vê mata ciliar. Pergunto: por que não se cumprem as leis? Acaba-se com 20 alqueires de cana-de-açúcar e não se vê uma mata no entorno dessa monocultura. O mesmo acontece com o eucalipto, com o café e com outras culturas. O que mais chama a atenção é que ao lado dessa calamidade vê-se mangueiral derrubado, provavelmente, queimado. Por quê? Porque a cana está dando mais dinheiro. A situação é muito delicada. Temos de fazer cumprir as leis para que a população não entre nessas áreas de risco.

Agora mesmo estava ouvindo pela CBN o Governador José Serra dizer que a Serra do Mar vai virar uma Rocinha e que a construção na área de risco, além de representar risco para a população, significa também um risco na área de Segurança Pública. Há quanto tempo se vem denunciando isso nesta Casa? Parabéns, Governador José Serra, V. Exa. agora está vendo essa situação. Mas esta Casa está denunciando isso já há tempo, é o nosso papel, como estamos denunciando o problema da agricultura sustentável, da agricultura com compensação ambiental, da monocultura. Excelente. Biodiesel, cana-de-açúcar produzindo álcool. É espetacular. Estamos dando exemplo ao mundo inteiro. Mas tem de haver uma compensação nessa área da agricultura. Não apenas financeira. Quem vai fazer essa compensação ambiental? Imaginem chuvas numa região desde o dia 23 de dezembro continuamente e, de repente, trombas dágua?

A cidade de Fernando Prestes declarou calamidade pública. Temos outras cidades em situação de emergência, como Taiaçu, Vista Alegre do Alto, Cândido Rodrigues. Em Taiaçu, todas as pontes que dão acesso à região de São José do Rio Preto ou Barretos estão interditadas. Só pode-se sair pela Brigadeiro Faria Lima, por Taiúva. A situação é muito delicada. Precisamos dar apoio a essa agricultura, mas com compensação ambiental. Aplaudimos tudo o que foi feito em Kyoto, todas as ações para o desenvolvimento sustentável, sem tanto crime contra a natureza, mas o aquecimento global está aí. Não chove no litoral, não chove em parte da Grande São Paulo. Em compensação, no restante do Estado temos chuvas contínuas, a população sujeita a enchentes, cidades gritando por atenção. O que vimos chama muito a atenção. Em Taiaçu, para a recuperação das pontes, será necessário mais de um milhão de reais. Talvez essa cidade tenha um orçamento de seis a oito milhões.

Sr. Governador, tem de haver acordo com os parlamentares. A bomba não é só do Legislativo. Vamos sentar e ver o que está acontecendo para podermos votar o Orçamento. É preciso ver isso com urgência urgentíssima. O acordo é votar o Orçamento até final de fevereiro. Essa população toda vai ficar aguardando? Eles perderam tudo, principalmente na cidade de Fernando Prestes. A sorte é que essa tromba dágua caiu entre 11 horas e meio dia. Se fosse à noite, teríamos pelo menos 300 mortes naquela cidade. Pelo que se vê no vídeo, todos subindo no telhado das casas, não deu tempo de chamar o Bombeiros de Catanduva, não deu tempo para nada. A coisa foi abrupta.

Precisamos recompensar e começar a fazer com que se sigam as leis. O Ministério Público tem de trabalhar, a Secretaria da Habitação tem de trabalhar, a Secretaria da Agricultura tem de trabalhar. É o momento de se unir ao Governador. Estamos aqui para nos unir ao Governador e ver o que podemos fazer nessa situação. O coronel Libório, no próprio domingo, dirigiu-se para lá. As redes de televisão estavam mostrando o que estava acontecendo. A situação tomou vulto nacional. Estamos dispostos a nos unir com o Governador, com os secretários e ver o que podemos fazer. Esta Casa está aberta a isso. Mas existe mágoa de alguns Deputados desta Casa, de quase todos que não foram compensados pelas suas emendas ao Orçamento para alguns municípios. Existe necessidade para um acordo o mais rápido possível a fim de se resolver esses problemas de calamidade pública.

Comentamos sobre Taiaçu, Taiúva, Vista Alegre do Alto, Cândido Rodrigues, Fernando Prestes, mas agora vem o problema das serras. Essas áreas de risco na Serra do Mar representam um grande problema. Ou o Ministério Público e o Governo do Estado tomam uma atitude e fazemos alguma coisa para que essa população não venha a ocupar a Serra ou vamos ter outro desastre ecológico. Porque lá eles jogam pneus e queimam a mata, pelo menos é isso que acontece na Serra do Itapeti, em Mogi das Cruzes, onde moramos. Após queimar a mata, eles esperam que a Polícia Ambiental venha e diga: Queimou. Tinha pneu ali e queimou!E não dá tempo de evitar, porque a Polícia Ambiental possui poucos policiais. Depois da queima, vemos o clarão. Aí, acaba-se mais um pedaço da Mata Atlântica, que tem um papel espetacular na oxigenação do Estado de São Paulo, mantendo a nossa respiração, mantendo a temperatura adequada para a nossa sobrevivência.

É por isso que hoje estamos aqui comentando sobre a necessidade urgente, urgentíssima, da união entre o Governo Federal e os governos estaduais para atender os municípios atingidos. Sabemos sobre a viagem de amanhã do Governador e de alguns secretários para a região de Araçatuba, onde mais choveu. Mas, por favor, olhem a região do Médio Turvo, principalmente porque eles foram atingidos e estão necessitados!

Fizemos reuniões com todos os Prefeitos e com muitos Vereadores, mas é necessário andar a pé e ouvir a população dizer: Nunca vi isso. Não vamos durar nem dez anos, porque estão mexendo com o nosso planeta, estão mudando o nosso clima, e somos nós os próprios culpados! Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Parlamentares.

O SR. SEBASTIÃO ALMEIDA - PT - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - HENRIQUE PACHECO - PT - Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a Sessão Ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 16 horas e 22 minutos.

* * *

Atos Administrativos

ATO DA MESA N° 04/2007

DE 23/2/2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 14, inciso Ii, letra a da XII Consolidação do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, em vista do disposto no art. 7° da Lei n° 10.935, de 19 de outubro de 2001, que criou o Conselho Fiscal do Fundo Especial de Despesas da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, RESOLVE adotar o presente regulamento de funcionamento do Conselho Fiscal, que se conduzirá de acordo com as seguintes regras:

Artigo 1°. A utilização dos recursos do Fundo Especial de Despesas da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo será fiscalizada por um Conselho Fiscal, nos termos do disposto pelo artigo 7° da Lei n° 10.935, de 19 de outubro de 2001.

§1°. O Conselho Fiscal será composto por membros indicados pelos partidos políticos com representação na Assembléia Legislativa, na proporção de um por Bancada, escolhidos dentre os servidores do QSAL.

§2°. As funções de Presidente do Conselho Fiscal serão exercidas por um Procurador da Assembléia Legislativa, indicado pelo Procurador-Chefe.

§3°. Comporá o Conselho um servidor com formação em Ciências Contábeis, indicado pelo Diretor do Departamento de Finanças da Assembléia Legislativa.

Artigo 2°. Recebidos na Procuradoria da Assembléia Legislativa autos de relatório de despesas e `receitas concernentes ao Fundo Especial de Despesas de que trata a Lei 10.935/2001, serão eles encaminhados pelo Presidente do Conselho ao membro do Conselho indicado pelo Departamento de Finanças da Assembléia Legislativa, para instruí-los com manifestação sucinta e conclusiva, sob o aspecto financeiro-contábil, com sugestão de aprovação, rejeição ou solicitação de devolução dos autos à origem, para complementação da instrução.

Artigo 3°. Devidamente instruídos os autos de relatório de despesas e receitas, serão eles submetidos ao plenário do Conselho.

§1°. Os membros do Conselho Fiscal do FED-Alesp reunir-se-ão ordinariamente em local e horário pré-determinado, convocados p seu Presidente.

§2°. Todas as convocações serão realizadas por meio de publicação de edital no Diário Oficial da Assembléia Legislativa, com antecedência mínima de cinco dias da data da reunião, em que constarão dia, hora e local, bem como a pauta de assuntos a serem submetidos ao plenário do Conselho.

Artigo 4°. O Presidente do Conselho Fiscal tomará assento à Mesa, à hora designada para o início da reunião e, verificada a presença da maioria absoluta de seus membros, declarará abertos os trabalhos.

Parágrafo único. Inviabilizada a abertura dos trabalhos em razão da ausência de número mínimo de membros do Conselho, aguardar-se-á pelo menos trinta minutos e realizar-se-á uma segunda chamada. A persistir a ausência de número mínimo de membros para a abertura dos trabalhos, o Presidente mandará lavrar ata em que constará o nome dos membros presentes e ausentes, e nova reunião será convocada, observado o §2° do artigo 3°.

Artigo 5°. É facultada a qualquer membro do Conselho, previamente ou durante as reuniões, a consulta de autos, bem como requerer cópias de seu conteúdo.

Artigo 6°. O Conselho deliberará por maioria simples de votos, presente, pelo menos, a maioria absoluta de seus membros.

Parágrafo único. Havendo empate, caberá voto de qualidade a seu Presidente.

Artigo 7°. Lavrar-se-á atas das reuniões do Conselho, que serão encaminhadas pelo Presidente para publicação no Diário Oficial da Assembléia Legislativa.

Artigo 8°. Concluídos os trabalhos do Conselho Fiscal, os autos serão enviados à Mesa da Assembléia Legislativa para os fins do artigo 8° do Ato da Mesa n° 40/2003.

Artigo 9°. Este Ato entra em vigor na data da sua publicação.

DECISÕES DA MESA

DE 23/2/2007

EXONERANDO, nos termos da 1ª parte do item 2 do parágrafo 1º do artigo 58 da Lei Complementar n.º 180, de 12 de maio de 1978:

CARLOS BATISTA PEREIRA, RG nº 7869197, do cargo que vem exercendo, em comissão, de Auxiliar Parlamentar , do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembléia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimentos - de que trata o artigo 68 da Resolução 776/96, a partir de 26/02/2007.

(Decisão nº 520/2007);

SERGIO RICARDO GERBER DA COSTA, RG nº 12316463-1, do cargo que vem exercendo, em comissão, de Assessor Especial Parlamentar, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembléia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimentos - de que trata o artigo 68 da Resolução 776/96, a partir de 15/02/07.

(Decisão nº 521/2007);

NOMEANDO, nos termos do inciso I do artigo 20 da Lei Complementar n.º 180, de 12 de maio de 1978:

EDUARDO FERNANDO DE LIMA, RG nº 6129153, para exercer, em comissão, o cargo de Assessor Especial Parlamentar, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembléia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 68 da Resolução Nº 776/96, em vaga decorrente da exoneração de SERGIO RICARDO GERBER DA COSTA.

(Decisão nº 522/2007);

ALIENANDO, por DOAÇÃO, com fundamento no disposto no artigo 17, inciso II, alínea "a" da Lei Federal nº 8.666/93, com alterações posteriores:

- No Processo RG. nº 685/07, à Creche São Vicente de Paulo de Novo Horizonte, o bem relacionado às fls. 09 dos autos, considerado inservível para uso deste Poder.

(Decisão nº 523/2007);

- No Processo RG. nº 793/07, à Associação de Produtores Rurais do Município de Nova Aliança, o bem relacionado às fls. 17 dos autos, considerado inservível para uso deste Poder.

(Decisão nº 524/2007);

- No Processo RG. nº 794/07, à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Catanduva, o bem relacionado às fls. 30 dos autos, considerado inservível para uso deste Poder.

(Decisão nº 525/2007);

- No Processo RG. nº 795/07, à Associação Paulista Esportiva de Ribeirão do Sul, o bem relacionado às fls. 11 dos autos, considerado inservível para uso deste Poder.

(Decisão nº 526/2007);

- No Processo RG. nº 796/07, à Casa da Criança Sinharinha Netto de Catanduva, o bem relacionado às fls. 10 dos autos, considerado inservível para uso deste Poder.

(Decisão nº 527/2007);

DESPACHOS DA SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

DE 22/2/2007

INDEFERINDO, no Protocolado: n.º 10188/1979, o pedido formulado por MARCOS ANTONIO MALTONI , RG. 6.320.048-X, matrícula 2341, relativo ao abono permanência, por falta de amparo legal.

DEFERINDO, no Processo RG. nº 6574/06, o pedido formulado por THIAGO RODRIGO PINHEIRO ALVES, RG. nº 40.508.256-3, referente ao pagamento, a título de indenização, de férias não gozadas, durante o período de atividade.

DE: 23.2.2007

CESSANDO a gratificação de representação atribuída aos servidores abaixo relacionados, na seguinte conformidade:

Nome: LIGIA MARIA TONIOLI MAZZIOTTI
RG: 5473953-6 Matrícula: 6897
Gratificação: Diretor Técnico Legislativo de Departamento
Cessada a partir de: 23.02.2007
Nome: VERA MARCIA MAXIMO DE CARVALHO GARBOSA
RG: 11218977 Matrícula: 3790
Gratificação: Diretor Técnico Legislativo de Divisão
Cessada a partir de: 23.02.2007

ATRIBUINDO, a partir do exercício, gratificação de representação aos servidores abaixo relacionados, na seguinte conformidade:

Nome: MARCO ANTONIO LESPIER
RG: 8360670-1
Gratificação: Diretor Técnico Legislativo de Divisão
Nome: MARIA DO CARMO DAMIM BORGES
RG: 11936702-6
Gratificação: Diretor Técnico Legislativo de Serviço
Nome: MARIA JOSE PINHEIRO
RG: 10100591
Gratificação: Auxiliar Parlamentar
Nome: SALVADOR RODRIGUES DA SILVA
RG: 14518344-0
Gratificação: Agente de Segurança Parlamentar
Nome: VICENTE LOPES FILHO
RG: 5870846-7
Gratificação: Agente de Segurança Parlamentar
Nome: WALTER BEZERRA DOS SANTOS
RG: 5907772-4
Gratificação: Diretor Técnico Legislativo de Divisão
Nome: WLADIMIR HAMILTON CALHEIRA SANTOS
RG: 13024185
Gratificação: Diretor Legislativo de Serviço

ATRIBUINDO gratificação de representação ao servidor abaixo relacionado, na seguinte conformidade:

Nome: VILMA EUNICE LOPES OLIVEIRA
RG: 17016455 Matrícula: 8679
Gratificação: Assessor Chefe de Gabinete de Liderança
Atribuída no período de: 18.02.2007 a 19.03.2007, tendo em vista a Decisão nº 507/2007

ATRIBUINDO, tendo em vista o Ato 20/ 96, da Mesa, a gratificação instituída pelo artigo 92 da Resolução 776/ 96 a:

Nome: HALANA LUCRECIA DE AMORIM RESENDE
RG: 10809142-9 Matrícula: 13645
Atribuída a partir de: 05.02.2007

DECLARANDO que a gratificação de representação atribuída a:

Nome: MARCO ANTONIO ESTEVES NEPOMUCENO
RG: M-2682688/MG Matrícula: 16381
Gratificação: de Assistente Legislativo Administrativo, deve ser considerada de Diretor Legislativo de Serviço, no período de 22.02.2007 a 08.03.2007, tendo em vista a FSE nº 025/07, do DRH.